

**PROGRAMA JOVEM DE FUTURO E SEU IMPACTO NOS RESULTADOS DE UMA ESCOLA DA REDE ESTADUAL DE ENSINO DE MINAS GERAIS**

Juliana Pena Teixeira Cardoso<sup>1</sup>  
Gustavo Araújo Batista<sup>2</sup>

**RESUMO:** Este artigo é fruto de uma pesquisa realizada no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade de Uberaba, com o objetivo de compreender os resultados da implementação do Programa Jovem de Futuro (PJF), iniciativa estabelecida por meio de parceria público-privada entre o Instituto Unibanco e a Secretária de Estado de Educação de Minas Gerais- SEE/MG, a fim de verificar se as metas traçadas pelo PJF- Circuito de Gestão foram realmente alcançadas. Para tanto, desdobraram-se outros dois objetivos específicos: pesquisar sobre a Política Educacional Jovem de Futuro-Circuito de Gestão e investigar os resultados obtidos por estudantes do 3º ano do Ensino Médio de uma escola pública estadual pertencente à SEE-MG nas disciplinas de língua portuguesa e matemática, em relação aos fatores nota e frequência. A metodologia utilizada neste estudo foi de natureza qualitativa e quantitativa, além da análise bibliográfica e da revisão documental. O aporte teórico utilizado foi embasado em autores como: Balduino (2016), Gentili (1996), Harvey (2008), Henriques, Carvalho e Barros (2020), Peroni (2006, 2012, 2014, 2015, 2016), Saviani (1999, 2007, 2020) e em documentos do Instituto Unibanco (IU). Ao final da análise, percebeu-se que houve uma melhoria nos índices internos da escola pesquisada em relação à taxa de aproveitamento nas disciplinas de língua portuguesa e matemática entre os estudantes de 3º ano no período de 2022 a 2023 e em relação ao percentual de frequência, contudo, os resultados externos da escola analisada mostram uma queda na proficiência dos mesmos estudantes nas avaliações do PROEB/ SIMAVE, o que denota uma divergência entre os resultados internos e externos do estabelecimento educacional analisado.

**Palavras-chave:** Programa Jovem de Futuro; Políticas Públicas Educacionais; Ensino Médio; Fundamentos da Educação.

**ABSTRACT:** This article is the result of research carried out within the scope of the Graduate Program in Education at the University of Uberaba, with the objective of understanding the results of the implementation of the ‘*Jovem de Futuro*’ Program (JFP), an initiative established through a public-private partnership between the *Unibanco* Institute and the State Secretariat of Education of *Minas Gerais* - SSE/MG, in order to verify whether or not the goals set by the JFP - Management Circuit were actually achieved. To this end, two other specific objectives were developed: to research the ‘*Jovem de Futuro*’ Educational Policy - Management Circuit, and to investigate the results obtained by third-year high school students from a state public school belonging to the SSE-MG in the subjects of Portuguese and mathematics, regarding grade and attendance. The methodology used in this study was of qualitative and quantitative nature, in addition to bibliographic analysis and document review. The theoretical framework used was based on authors such as: Balduino (2016), Gentili (1996), Harvey (2008), Henriques,

---

1 Mestranda em Educação pela Universidade de Uberaba (UNIUBE). Contato: juliana.cardoso@educacao.mg.gov.br

2 Orientador. Pós-doutor em Educação pela Universidade Federal de Uberlândia (UFU). Professor em cursos de pós-graduação da UNIUBE e no Centro Universitário Mário Palmério (UNIFUCAMP). Contato: mrgugaster@gmail.com

Carvalho and Barros (2020), Peroni (2006, 2012, 2014, 2015, 2016), Saviani (1999, 2007, 2020), and documents from the Unibanco Institute (UI). At the end of the analysis, it was noted that there was an improvement in the internal indexes of the school researched in relation to the achievement rate in the subjects of Portuguese and mathematics among 3rd year students in the period from 2022 to 2023 and in relation to the attendance percentage; however, the external results of the school analyzed show a drop in the proficiency of the same students in the PROEB/SIMAVE evaluations, which denotes a divergence between the internal and external results of the educational establishment analyzed.

**Keywords:** ‘*Jovem de Futuro*’ Program; Public Educational Policies; High School; Fundamentals of Education.

## 1 INTRODUÇÃO

A realização de políticas públicas educacionais é indispensável para o desenvolvimento de um país. Essa importância despertou o interesse da pesquisadora, inspetora escolar da escola participante, em compreender os resultados do Programa Jovem de Futuro no âmbito de sua instituição em uma escola pública pertencente à Secretária de Estado de Educação de Minas Gerais- SEE/MG. A escolha da instituição analisada pautou-se na possibilidade de a mestrandia ter condições de contribuir com sua prática para dinamizar os acompanhamentos tanto da realização das atividades inerentes ao Programa Jovem de Futuro (PJF) quanto da verificação dos resultados obtidos pelo referido estabelecimento, além das oportunidades de participação tanto virtual quanto presencial nas reuniões de capacitação de gestores e inspetores escolares, relacionadas ao programa, as quais ocorreram em Belo Horizonte e Uberlândia, e pelo acompanhamento, desde 2019, desse programa em Minas Gerais.

O PJF compõe uma política pública ocorrida por meio de parceria público-privada entre o Instituto Unibanco e a Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais. Acerca dos benefícios desse tipo de parceria, Silva (2004) salienta que “[...] serviços públicos eficazes e confiáveis são fundamentais para uma economia flexível e produtiva, combatendo a pobreza e a exclusão social à medida que abrem oportunidades de auferir renda e de acesso a serviço de qualidade”. Dessa forma, percebe-se a relevância de se estudar as parcerias realizadas entre os setores públicos e privados, a fim de que o bem-estar social seja alcançado. No Brasil, as Parcerias Público-Privada (PPP) estão regulamentadas por leis, como a Lei n. 11.079, de 30 de dezembro de 2004, que institui normas gerais para licitação e contratação de Parceria Público-Privada no âmbito da administração pública. Sandri e Silva (2019), Di Pietro, 2006 apud Adrião e Peroni, 2009 (p. 1) descrevem a PPP como “[...] a reunião de esforços entre o Poder Público e o setor privado para a concretização de objetivos de interesse público, a partir de iniciativas

legislativas (termo de parceria), bem como da sua aceitação pela doutrina no âmbito do Direito Público”.

As configurações entre o público e o privado no contexto brasileiro, de acordo com Balduino (2016) estão expressas no Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado (PDRAE), apresentado no governo Fernando Henrique Cardoso (1995-2003), que induz o crescimento de parcerias do setor público com o setor privado, de modo que o último passa a influenciar, cada vez mais, as políticas públicas em todos os níveis.

Segundo Balduino (2016), no final dos anos de 1970 e a partir da década de 1980, o Estado provedor de benefícios sociais passou a ser criticado por uma nova ordem política de reestruturação econômica e social em todo o mundo. Em relação a isso, para Peroni (2006), o neoliberalismo apresenta um Estado em crise: “A estratégia, portanto, é reformar o Estado ou diminuir sua atuação para superar a crise” (Peroni, 2006, p. 11), ou seja, o Neoliberalismo introduziu o conceito de intervenção mínima do Estado no mercado de acordo com Keynes (1996), o que possibilitou a realização das parcerias entre entidades públicas e privadas.

O neoliberalismo é uma corrente política e econômica que defende a minimização da intervenção do Estado na economia. Uma ideologia que surgiu na década de 1970 e foi colocada em prática em diversos países ao redor do mundo, incluindo o Brasil. Tal concepção aponta para uma redução do Estado e para a privatização de empresas estatais, prezando a livre concorrência e o livre mercado. Nela, de acordo com Gentili (1996), o Estado vende as empresas que não considera vantajosas ou lucrativas para grupos empresariais.

Em conformidade com Harvey (2008), o neoliberalismo defende que o bem-estar das pessoas deve ser garantido por meio da liberdade pessoal e das habilidades empreendedoras individuais em um ambiente institucional marcado por direitos à propriedade privada e ao livre comércio. Assim, pode ser afirmado que o neoliberalismo aborda a escola no âmbito do mercado e das técnicas de gerenciamento, esvaziando, dessa forma, o conteúdo político da cidadania, substituindo-o pelos direitos do consumidor, uma vez que tanto alunos quanto seus familiares são vistos, na concepção neoliberalista, como consumidores de um produto: a educação.

As considerações sobre o neoliberalismo são significativas para esta pesquisa visto que ajudam a compreender a parceria realizada entre a Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais e o Instituto Unibanco, o qual foi o responsável pela criação e implementação do Programa Jovem de Futuro no âmbito da SEE/MG. Esse projeto foi implementado na rede estadual de Minas Gerais a partir de 2008 e seu resultado durante o período de 2022 e 2023, no segmento do ensino médio de uma escola da rede estadual será motivo de análise neste trabalho.

Assim, este estudo se torna relevante para despertar nos leitores uma interpretação crítica acerca das políticas públicas educacionais, além de contribuir para que os gestores educacionais analisem os resultados e repensem, juntamente com a comunidade escolar, estratégias que contribuam para o efetivo aprendizado dos estudantes e sua permanência na escola a partir do conhecimento do impacto das Políticas Públicas Educacionais dentro das Instituições de ensino.

A questão problema deste estudo é: quais foram os resultados obtidos pelos estudantes de 3º ano do ensino médio da escola pública estadual analisada, nas disciplinas de língua portuguesa e matemática, no ano de 2023, após a conclusão do Plano de Ação da escola que foi elaborado a partir das orientações do Programa Jovem de Futuro, oferecido pelo Governo do Estado de Minas Gerais em parceria com o Instituto Unibanco (IU)?

O foco nas disciplinas de língua portuguesa e matemática se deu pelo motivo de que os componentes do IDEB (Índice de Desenvolvimento da Educação Básica) são calculados pelas notas do SAEB (Sistema de Avaliação da Educação Básica) nessas disciplinas, atreladas ao indicador de rendimento (total de aprovações do 1º, 2º e 3º ano do ensino médio verificado por meio do Censo Escolar).

Segundo o INEP (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira), a trajetória de melhoria sustentável no IDEB é aquela em que o estado aumenta simultaneamente a proficiência e o fluxo, fatores que serão analisados no decorrer deste artigo.

O objetivo geral deste trabalho foi verificar se as metas do Programa Jovem de Futuro-Circuito de Gestão, que propõem uma educação de qualidade para os estudantes do ensino médio, por meio da elevação dos resultados de aprendizagem, aumento da frequência dos alunos e mitigação do abandono escolar, foram realmente alcançadas.

Os objetivos específicos foram: pesquisar sobre a Política Educacional Jovem de Futuro-Circuito de Gestão, criada pelo Instituto Unibanco (IU) (empresa de iniciativa privada) em parceria com a Secretaria de Estado da Educação de Minas Gerais (SEE), lançado em 2007 e investigar os resultados obtidos pelos estudantes do 3º ano do ensino médio de uma escola pública estadual pertencente à SEE-MG nas disciplinas de língua portuguesa e matemática, em relação aos fatores nota e frequência.

A hipótese de pesquisa parte da afirmação de que com a oferta de apoio do Instituto Unibanco (IU) para que os gestores e professores desenvolvessem um Plano de Ação exequível, com etapas de planejamento, execução, monitoramento, avaliação, correção de rotas e compartilhamento de boas práticas, haveria o aumento da aprendizagem e do desempenho dos

alunos em relação aos indicadores estruturantes de notas, frequência e redução da evasão escolar.

Apresentado o contexto geral motivador deste artigo, serão discutidos a seguir os seguintes itens: a constituição do Instituto Unibanco e sua parceria com os setores público e privado, a concepção e origem do PJJ até sua implementação no estado de Minas Gerais e na escola de análise. Serão trazidas também reflexões acerca do IDEB do Brasil e de Minas Gerais com posterior apresentação e a análise dos índices de aproveitamento, frequência e abandono escolar de estudantes do 3º ano do ensino médio na instituição selecionada. Após essa parte, serão feitas as considerações finais a esta pesquisa, as quais apontam para uma divergência entre os resultados internos e externos do estabelecimento educacional analisado.

## **2 DISCUSSÃO TEÓRICA**

### **2.1 O INSTITUTO UNIBANCO E SUA PARCERIA COM OS SETORES PÚBLICO E PRIVADO**

O IU foi fundado no ano de 1982, com o objetivo de criar, produzir e desenvolver investimentos sociais do grupo Unibanco. A partir do ano de 2002, o IU passou a atuar na esfera educacional com programas e projetos próprios, apresentando a justificativa de contribuir com a melhoria da qualidade da educação pública brasileira. Segundo Balduino (2016), a partir do ano de 2008, por meio de uma fusão, o Unibanco passou a incorporar o grupo do Banco Itaú, integrando parte das organizações sociais do grupo Itaú Unibanco e atuando como um dos encarregados pelo seu investimento social. O Banco Itaú é um banco de varejo e múltiplo, que, ao se integrar ao Unibanco, tornou-se o maior banco da América do Sul e passou a ser uma instituição responsável pelo investimento social privado do Itaú Unibanco.

Balduino (2016) ressalta ainda que o Instituto Unibanco fornece suporte ao ensino médio, a Fundação Itaú Social realiza atividades direcionadas ao Ensino Fundamental e o Itaú Cultural realiza atividades de apoio a apresentações artísticas e culturais, notadamente aquelas que contribuem com o desenvolvimento de produções brasileiras.

Segundo relatório do IU (Unibanco, 2009), durante alguns anos, o instituto dedicou-se a apoiar diversos projetos de diferentes instituições e áreas, porém, a partir de 2002, buscou redirecionar sua forma de atuação e se voltou para a educação, quando passou a desenvolver os próprios projetos.

No ano de 2007, o instituto passou a focar suas ações com mais intensidade na etapa do ensino médio, sob a justificativa de que essa etapa educacional concentraria muitos desafios, vinculados aos baixos índices de aprendizagem e altas taxas de abandono e evasão escolar. De acordo com Pereira, Cossetin e Garcia (2023), o foco no ensino médio ganhou força em 2008, quando o instituto iniciou suas atividades com o Programa Jovem de Futuro em 197 escolas nos estados de Minas Gerais, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul e São Paulo.

No Relatório de Atividade do IU, o programa Jovem de Futuro é descrito como “um programa de Gestão Escolar para resultados, que se desenvolve a partir da própria escola após o grupo gestor ser capacitado para implementá-lo, em um curso com essa especificidade (Unibanco, 2011, p. 17). Assim, percebe-se que as capacitações são realizadas junto à equipe gestora da instituição a fim de que ela repasse a formação recebida aos outros segmentos da escola e promova a criação do plano de ação, de modo que o Projeto Jovem de Futuro efetivamente entre em vigor no estabelecimento educacional. Tal prática realizada pelo IU configura-se como uma parceria entre os setores público e privado, especificamente entre a SEE-MG e o IU, na qual, para Rosenau; Czempiel (2000), é preciso reconhecer os desafios e os riscos associados a esse tipo de parceria de colaboração, estar sempre atentos para que não haja exclusões no seguimento educacional nem gere desigualdades em sua dimensão social e cultural.

## 2.2 O PROGRAMA JOVEM DE FUTURO- CONCEPÇÃO E ORIGEM

O Programa Jovem de Futuro, lançado em 2007, pelo Instituto Unibanco, tem como objetivo contribuir para a garantia da aprendizagem e redução das desigualdades educacionais entre os alunos do ensino médio. Desde o início, seu foco foi capacitar a gestão escolar, orientando-a para o avanço contínuo da educação pública. Foi implementado em parceria com as Secretarias Estaduais de Educação de estados brasileiros que aderiram ao programa, disponibilizando-o para as escolas, regionais e órgão central, com metodologia e instrumentos que dão suporte ao trabalho de gestão. “As ações do Programa Jovem de Futuro estão estruturadas em cinco eixos – governança, assessoria técnica, formação, mobilização e gestão do conhecimento que se articulam por meio do método Circuito de Gestão” (Unibanco, 2022, p. 15).

O Circuito de Gestão é uma metodologia desenvolvida pelo Instituto Unibanco no formato de ciclos pensados para que ocorra a análise, a revisão e o aprimoramento das ações de

gestão realizadas pela rede educacional em seus três níveis: secretarias de estado, unidades regionais e escolas. Segundo o IU (Unibanco, 2023), essa metodologia visa facilitar o diálogo e a divisão de responsabilidades entre os envolvidos.

De acordo com Rodrigues (2016), em 2007, o Instituto Unibanco concebeu e implementou o Programa Jovem de Futuro em caráter experimental em três escolas da cidade de São Paulo. No ano seguinte, o projeto piloto foi estendido a 20 instituições de ensino em Minas Gerais e 25 no Rio Grande do Sul. Em 2009, houve a expansão do projeto para mais 41 escolas no estado de São Paulo. Em 2011, as escolas participantes da fase experimental se tornaram as primeiras a completar todo o ciclo do ensino médio sob a influência do Programa Jovem de Futuro, fornecendo dados para a validação do projeto e sua implementação em larga escala, em parceria com o Programa Ensino Médio Inovador do Ministério da Educação. Entre 2012 e 2014, o Projeto Jovem de Futuro foi integrado ao programa Ensino Médio Inovador (ProEMI) do Ministério da Educação (MEC), possibilitando a inclusão de novos estados por meio de parcerias com as Secretarias Estaduais de Educação, Instituto Unibanco e o Ministério da Educação, consolidando-se assim como uma política pública para o ensino médio.

Desde a sua criação, o PJJ se apresenta em três gerações, sendo elas: 1ª geração foi de 2008 a 2015: Projeto Piloto, desenvolvido em 197 escolas das redes estaduais do Rio Grande do Sul, Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo. Segundo Pereira, Cossetin e Garcia (2023, p. 20) “O foco do Programa se encontra em correções na gestão, redução da reprovação e abandono e elevação dos índices de rendimento dos estudantes.”

Já a 2ª geração, durou de 2012 a 2015 e, segundo dados do Instituto Unibanco, dessa fase participaram 2.166 escolas de 05 estados: Pará, Ceará, Mato Grosso do Sul, Piauí e Goiás. Nesse período foi estabelecida parceria formal entre o Instituto Unibanco, o Ministério da Educação e a Secretaria de Assuntos Estratégicos do Governo Federal para articulação do PJJ com o Programa Ensino Médio Inovador (PROEMI). É importante ressaltar que, de acordo com a análise de relatórios do IU, nessa geração o currículo ganhou destaque, com metodologias voltadas para a realização de atividades de reforço nas disciplinas de língua portuguesa e matemática e para o aprimoramento da formação docente, ou seja, as metas se concentram na elevação do IDEB.

A 3ª geração, de acordo com Henriques, Carvalho e Barros (2020), ocorreu a partir de 2015, com a adesão de 3.549 escolas de 7 estados (ES, PI, GO, PA, CE, RN e MG) ao programa.

...a Terceira Geração consolida a transformação do Programa em uma política da rede de ensino. É introduzida a gestão para o avanço contínuo em educação, que reforça o foco no estudante, na gestão pedagógica e o processo de aprendizagem pela prática. A atuação passa a ser sistêmica e a transferência financeira deixa de existir. O ciclo

de mudança implementado em escola, regionais, e no órgão central é reforçado e passa a ser trimestral (Henriques, Carvalho e Barros, 2020, p. 59).

A partir de 2020, as ações do Programa Jovem de Futuro foram direcionadas para a formação de gestores e para a recomposição de aprendizagens comprometidas pela pandemia da Covid-19 (Unibanco, 2023). É importante ressaltar que a pandemia de Covid-19 trouxe muitas mudanças no cenário educacional e levou as redes de ensino a se adaptarem aos formatos remoto e híbrido, o que exigiu uma reestruturação do Circuito de Gestão do Programa Jovem de Futuro, resultando na criação do Circuito de Gestão Híbrida. Devido à impossibilidade de reuniões presenciais, os eventos passaram a ser virtuais, com *lives* semanais que contaram com a participação de gestores, docentes, inspetores e estudantes.

### **2.2.1 Método: Circuito de Gestão (CdG)**

Oriundo de teorias da administração, o método Circuito de Gestão (CdG) é pautado nas práticas de planejar, checar e atuar/ ajustar. Nas palavras de Brito (2022, p. 153) “Esse método de gestão resultou da adaptação para a educação pública do método (transportado das teorias da administração) PDCA – do inglês Plan, Do, Check, Act (que corresponde em português a planejar, executar, checar e atuar / ajustar)”. Segundo essa autora, esse modelo é conhecido e utilizado no mundo empresarial e foi criado em 1920 por Walter A. Shewart, um dos grandes nomes da Gestão da Qualidade, tendo originado a união da estatística aos processos de gerenciamento da qualidade.

De acordo com Henriques, Carvalho e Barros (2020), o método PDCA se tornou popular no pós-guerra, a partir da obra de Deming, na qual os passos de definição de hipótese, experimentação e avaliação foram adaptados da experiência científica para a área de gestão. Nessa perspectiva, o gestor deve agir com base nas conclusões da avaliação e refletir acerca do ocorrido durante a realização de uma tarefa. A partir daí, espera-se que a cada nova tentativa ocorra a ampliação do conhecimento, numa espécie de ciclo, a partir do qual espera-se o avanço constante da educação.

Por meio dessa sequência de ciclos, o Circuito de Gestão propõe a análise, a revisão e o aprimoramento de cada ação em etapas de pactuação de metas, planejamento, execução, Smar (Sistemática de Monitoramento e Avaliação de Resultados), avaliação de resultados, compartilhamento de práticas e correção de rotas.

Todas essas etapas do CdG aconteciam, até 2022, em três ciclos e, a partir de 2023, em dois ciclos. De acordo com o IU (Unibanco, 2023), tal mudança se mostrou necessária porque

as escolas envolvidas no PJJ alegaram não terem tido tempo para realizarem os três ciclos ao longo do ano letivo.

Segundo Henriques, Carvalho e Barros (2020), os resultados das redes de ensino pertencentes ao grupo de estabelecimentos vinculados ao PJJ são monitorados por meio do chamado Sistema de Gestão para o Avanço Contínuo da Educação (SIGAE), o qual é uma plataforma para monitoramento das etapas do Circuito de Gestão, a metodologia do Programa Jovem de Futuro. Essa ferramenta permite o planejamento, o acompanhamento e a avaliação da gestão da educação pública. Desde 2015 o Instituto Unibanco disponibiliza um sistema de gerenciamento de projetos que integra os dados da Secretaria de Educação a informações de acompanhamento sobre a execução do Circuito de Gestão. Até 2019 esse sistema era conhecido como SGP, mas, após uma reformulação para inclusão de novos painéis de dados, passou a ser nomeado Sigae - Sistema de Gestão para o Avanço Contínuo da Educação. “O Sigae recebe dados migrados dos sistemas locais e gera relatórios para escolas, Regionais e Secretaria em tempo real e consolidados do trimestre” (Henriques, Carvalho e Barros, 2020, p. 62).

### **2.2.2 O Programa Jovem de Futuro no estado de Minas Gerais e na escola analisada**

Segundo Ribeiro (2013), a Secretaria de Estado da Educação de Minas Gerais fez parte do primeiro grupo de efetivação do Programa Jovem de Futuro no país e participou da fase piloto do programa que ocorreu no período de 2008 a 2010, com adesão de 20 (vinte) escolas públicas do estado. As escolas foram separadas em dois grupos que eram chamados grupo controle e grupo tratamento, em que um grupo aderiu ao programa e o outro não. Ribeiro (2013) menciona ainda que essa fase, apesar de ter sido considerada bem sucedida pelo IU, não conseguiu apresentar o cumprimento das metas até então estabelecidas.

Brito (2022), por sua vez, mostra em sua pesquisa que, em 2011, aderiram ao programa as escolas estaduais de ensino médio de Minas Gerais consideradas “escolas controle” na 1ª fase do programa e que, em 2012, embora tenha tido início no país o ProEMI/JF, a SEE/MG não aderiu a esse novo modelo em razão da ausência de mais aporte financeiro.

De acordo com Henriques, Carvalho e Barros (2020), as “escolas controle” de Minas Gerais que ingressaram nesse período seguiram com as atividades propostas nos moldes da 1ª fase do programa. Minas Gerais participou da 1ª e 2ª fase da 1ª geração. A segunda geração passou a ser implementada a partir de 2012 no Ceará, Goiás, Mato Grosso do Sul, Pará e Piauí. “Minas Gerais e São Paulo haviam aderido em 2010, mas desistiram no ano seguinte, em decorrência das novas contrapartidas exigidas em termos de pessoal, formação e logística” (Henriques, Carvalho e Barros, 2020, p. 31)

Minas Gerais não participou do Programa Jovem de Futuro entre 2014 e 2018, somente em 2019 a SEE/MG firmou a parceria novamente com o Instituto Unibanco. Durante as três gerações do Programa Jovem de Futuro, Minas Gerais esteve presente na 1ª e 2ª fase da 1ª geração e nas 3 (três) fases da 3ª geração e não participou da 2ª geração do programa, devido à falta de recursos financeiros que não seriam mais repassados pelo IU e pelas novas contrapartidas exigidas em termos de pessoal, formação e logística, conforme Henriques, Carvalho e Barros (2020).

Segundo o IU (Unibanco, 2019), em agosto de 2019, aconteceu o “1º Seminário de Gestão Educacional do Ensino Médio” para lançamento da parceria, o qual contou com a participação do governador do estado de Minas Gerais, da Secretária de Educação e de aproximadamente 500 profissionais das Superintendências Regionais de Ensino (SRE). No dia 7 de agosto de 2019, foi publicado no Diário Oficial do Estado de Minas Gerais, na página 29, o Extrato do Acordo de Cooperação firmado entre o Instituto Unibanco e a Secretaria de Estado de Educação de MG.

Conforme Brito (2022), a partir de agosto de 2019, as atividades do Programa Jovem de Futuro e sua metodologia Circuito de Gestão começaram a se desenvolver nas SRE e escolas de ensino médio de Minas Gerais e o tempo inicial dessa parceria da SEE com IU seria de oito anos. Ainda de acordo com essa autora, a implementação do programa se daria em três fases, de modo a aumentar gradativamente a abrangência do PJF. A intenção era que até o ano de 2022 o Programa Jovem de Futuro, circuito de gestão, estivesse presente em toda a rede estadual de ensino médio de Minas Gerais, porém com a pandemia Covid-19 e os transtornos acarretados, esse cronograma foi alterado, colocando o ano de 2024 como objetivo final de implantação em toda a rede.

Nesse ano de 2019, segundo o IU (Unibanco, 2019), aconteceu apenas um ciclo do programa e não houve tempo suficiente para completar o circuito. Entretanto, essa experiência serviu de exemplo sobre como as etapas posteriores precisariam acontecer. Outra informação relevante sobre esse período é que o PJF definiu como meta de melhora educacional a ser atingida pela rede de ensino alcançar o IDEB de 4,28 em 2021. Esse valor foi próximo do alcançado pela rede (4,2)<sup>3</sup>, contudo, esse número foi impactado por resultados de aprovação automática dos estudantes envolvidos em razão da pandemia de Covid-19, razão pela qual não

---

<sup>3</sup> Maiores informações sobre o IDEB/2021 podem ser encontradas em <https://www.gov.br/inep/pt-br/assuntos/noticias/saeb/mec-e-inep-divulgam-resultados-do-saeb-e-do-ideb-2021>.

se pode afirmar que o IDEB atingido em 2021 resulte da melhora de desempenho acadêmico dos discentes envolvidos.

Para Henriques, Carvalho e Barros (2020), o contexto da pandemia de Covid-19 fez com que o PJJ precisasse passar por uma readequação a fim de solucionar questões relacionadas à defasagem de aprendizagem e à evasão escolar, situações decorrentes do contexto pandêmico e das desigualdades para fazer uso do ensino remoto.

Segundo o IU (Unibanco, 2021), nesse ano foi realizado o 3º Seminário de Gestão Educacional do Ensino Médio: aprendizagem e equidade, com o objetivo de discutir a importância da gestão como vetor de transformação da educação, além de mobilizar os profissionais para a implementação do Programa Jovem de Futuro em suas escolas, o qual contou com a participação de 4 mil pessoas que ocupavam os cargos de diretores escolares e especialistas em educação básica. Também em 2021, o 4º Seminário de Gestão Educacional do Ensino Médio: conquistas e desafios, que teve como um dos principais objetivos discutir os desafios para o ano de 2022. Esse evento contou com 1.500 participantes entre diretores escolares e especialistas.

No ano de 2022 O Ministério da Educação (MEC) e o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) apresentaram os resultados do Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb) 2021 e do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) 2021. É importante destacar que, como o IDEB é um indicador que relaciona as taxas de aprovação escolar, obtidas no Censo Escolar, com as médias de desempenho em língua portuguesa e matemática dos estudantes no Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb), os sistemas que apresentam melhores resultados no IDEB são aqueles que alcançam, de forma concomitante, maiores taxa de aprovação e proficiência nas avaliações.

A necessidade da explicação anterior se dá porque o IDEB 2021 deve ser avaliado com cautela, já que, conforme mencionado anteriormente, a pandemia do novo coronavírus teve grande impacto nas atividades escolares em 2020 e 2021 e esse contexto deve ser considerado para uma adequada interpretação dos resultados do IDEB 2021. Em sua nota informativa sobre o IDEB 2021, o INEP (Brasil, 2022) lembrou que, no primeiro ano de pandemia, praticamente todas as escolas suspenderam as atividades presenciais (99,3%) e apenas 9,9% retornaram às salas de aula durante o ano letivo, ou seja, até 2021 grande parte das escolas brasileiras (82,6%) adotou atividades híbridas ou presenciais em algum momento do ano letivo e, em média, o país apresentou, aproximadamente, 100 dias de aulas remotas no ano letivo de 2021, considerando escolas públicas e privadas das diferentes etapas de ensino. Sobre isso, em agosto de 2021, o CNE instituiu, por meio da Resolução CNE/CP nº 2/2021, as diretrizes nacionais orientadoras

para a implementação do retorno às atividades presenciais de ensino e aprendizagem e para a regularização do calendário escolar (Brasil, 2021). Como consequência desse cenário, foi observado um aumento considerável nas taxas de aprovação da rede pública para os anos de 2020 e 2021 e o aumento das taxas de aprovação está, provavelmente, relacionado a ajustes nos critérios de aprovação e à adoção do *continuum curricular*, posto que não houve reprovação em 2020 em razão de estratégias recomendadas e utilizadas por parte considerável das redes de ensino.

Conforme o IU (Unibanco, 2022), após o período crítico da pandemia de Covid-19, o ano de 2022 foi marcado pela retomada integral das atividades presenciais nas escolas e pelo esforço da SEE/MG, SRE e gestores escolares para enfrentar a evidente desigualdade educacional, que ocorreu no período, controlar a evasão, identificar estudantes com risco de reprovação e abandono. Foi o momento de fazer diagnósticos, planejamentos, busca ativa, troca de experiências e de boas práticas em busca de uma possível solução para os desafios apresentados.

Já o ano de 2023, segundo o IU (Unibanco, 2023), apresentou atividades do Jovem de Futuro no estado de Minas Gerais voltadas para a oferta de orientações relacionadas aos processos de fortalecimento do circuito de gestão, investimento em atividades e ações formativas que trouxessem mais diálogo, entendimentos e aprofundamento, para além do domínio do método e auxílio na busca por respostas para os problemas vivenciados. O programa teve adesão da rede à metodologia do Circuito de Gestão, com 100% dos Planos de Ação postados no Sistema de Gestão para o Avanço Contínuo da Educação SIGAE. Ainda segundo o IU (Unibanco, 2023), no início do ano de 2023, foram realizadas as Oficinas de Planejamento, com foco no Plano de Ação, com apresentação das diretrizes e dos programas da secretaria para que as regionais elaborassem seus Planos de Ação de acordo com as capacitações oferecidas pelo IU.

Especificamente na escola analisada, o desenvolvimento de ações do PJF foi iniciado no 2º semestre do ano de 2019, mês em que foi firmado o compromisso do Instituto Unibanco com a SEE/MG, após a capacitação dos Inspectores Escolares, responsáveis por repassar a dinâmica do programa para os gestores das escolas em 2019, ano em que ocorreu apenas um ciclo do circuito de gestão Jovem de Futuro. No ano de 2020 houve uma pausa nas ações do programa devido aos problemas enfrentados pela pandemia da COVID 19, com isso, as ações e os protocolos de planejamento, execução, monitoramento, correção de rotas e compartilhamento de boas práticas do Circuito de Gestão continuaram, de forma presencial, a

partir do ano de 2021, após setembro, quando as escolas retornaram com as atividades presenciais, o que também impossibilitou a divulgação de resultados desse ano (Unibanco, 2021). Em razão desse cenário temporal, o recorte desta pesquisa foi realizado entre os anos de 2022 e 2023, período em que as atividades foram reiniciadas presencialmente, com aporte do Instituto Unibanco, da Secretaria de Estado da Educação de Minas Gerais e das Superintendências Regionais de Ensino, por intermédio dos Inspectores Escolares, os quais se reuniram com a dupla gestora da escola (composto pelo diretor e especialista em educação básica), seguindo o Calendário Circuito de Gestão Mineiro de 2022 e 2023, disponível no SIGAE para as regionais e as escolas.

Após o estabelecimento da parceria e superado o período pandêmico, foram iniciadas as etapas do Circuito de Gestão na escola com a participação de inspetores escolares, direção da escola, especialista em educação básica, representante de pais, de alunos e de professores. Na etapa do Planejamento, iniciou-se o processo de elaboração do Plano de Ação, que começou pelo diagnóstico do contexto atual da escola e com a identificação de problemas a partir de evidências. Em 2022, o circuito foi realizado em três etapas, porém, foi observado que essa quantidade de ciclos era inviável e, em 2023, por sugestão de inspetores e gestores escolares das instituições envolvidas, ocorreram dois ciclos de gestão. Na transição de 2022 para 2023, foi necessário que a dupla gestora, composta pela diretora e especialista, fizesse um levantamento de dados e evidências sobre o histórico dos estudantes em 2022, com relação à aprovação, reprovação e abandono escolar; resultado das avaliações diagnósticas e trimestrais; proficiência dos alunos em língua portuguesa e matemática; frequência e notas seguindo os protocolos e orientações do IU.

As ações desenvolvidas pela escola seguiram as orientações repassadas aos gestores pelos Inspectores Escolares, diretoria Pedagógica da Superintendência Regional de Ensino, pelos Tutores do Instituto Unibanco e Secretaria de Estado da Educação, as metodologias utilizadas foram reuniões presenciais, virtuais, materiais impressos e eletrônicos e *lives* transmitidas pelas plataformas digitais.

Para a elaboração do Plano de Ação da Escola, a dupla gestora da instituição analisada verificou os objetivos que estão no Mapa Estratégico da Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais e selecionou quatro objetivos estratégicos que seriam contemplados em seu plano. Após realizar essa seleção e o diagnóstico da escola, no ponto de checagem (PC-E1), a dupla identificou os problemas prioritários a serem enfrentados, definiu as ações a serem executadas, os produtos e os resultados esperados e postou o Plano de Ação (versão inicial) no Sistema de Gestão para o Avanço Contínuo da Educação – SIGAE.

É importante destacar que, na etapa de Planejamento do Circuito de Gestão Mineiro, foi previsto o momento de devolutiva da primeira versão do Plano de Ação da escola, realizado pela Inspeção Escolar durante a Visita Técnica presencial 1 – VT1. Após esta visita, a escola postou a versão final do Plano de Ação no SIGAE.

Concluída a etapa de planejamento, teve início a execução do Plano de Ação com a realização de um novo Ponto de Checagem (PC-E2) para orientações e alinhamentos e marcou-se a Visita Técnica-2 (VT-2) que teve como objetivo acompanhar a execução das ações e os registros no SIGAE. Além disso, foi proposta uma reflexão mais aprofundada com vistas à realização da SMAR, que foi a próxima etapa do CdG, para análise dos dados do período. Essa reflexão aconteceu previamente à data de corte da SMAR, que foi em 19/05/2023, segundo o Calendário Circuito de Gestão Mineiro de 2023.

Os preparativos para a SMAR -Jovem de Futuro contaram com o preenchimento de formulários enviados pela SEE/MG para o acompanhamento do ciclo atual. A dupla gestora da escola (diretora e especialista) preencheu esse formulário e, na sequência, ocorreu a inserção, pelos professores, de todos os resultados de aulas dadas, notas e frequência dos alunos no DED (Diário Escolar Digital). A orientação da SEE, por meio de reuniões, foi para que os docentes não abrissem os diários a partir do dia 17/05/2023, pois os dados estariam sendo migrados para o SIGAE.

A SMAR constituiu, então, uma parada estratégica para realização de análises, baseada nos dados dos indicadores estruturantes registrados pela escola e migrados para o SIGAE. A partir dos resultados obtidos nessa primeira SMAR, realizou-se a correção de rotas e o compartilhamento de práticas. Após essas ações, foi iniciado um novo ciclo, com a reestruturação do Plano de Ação, execução e SMAR até findar o ano letivo de 2023 e realizar um novo diagnóstico com a análise dos resultados anuais.

Conhecido o histórico do PJJ no Brasil, em Minas Gerais e na escola analisada, a próxima seção deste trabalho discorrerá sobre indicadores da educação no Brasil e em Minas Gerais para, na sequência, serem apresentados os resultados de língua portuguesa e matemática de 2022 e 2023 das turmas de 3º ano da instituição escolar avaliada.

### 2.3 O IDEB NO BRASIL E EM MINAS GERAIS

O IDEB- índice calculado como a média dos resultados padronizados do Saeb de língua portuguesa e matemática multiplicados pela taxa de aprovação do Censo Escolar- de 2019 apresentava os seguintes índices:

Quadro 1- IDEB brasileiro de 2019

<b>Etapa de escolaridade</b>	<b>IDEB</b>
Ensino Fundamental- anos finais	6,1
Ensino Fundamental- anos finais	4,7
Ensino Médio	3,9

Fonte: elaborado pela pesquisadora a partir de Brasil (2022)

A observação desses valores leva à percepção de que tem ocorrido uma redução nas taxas de aproveitamento e de frequência dos estudantes do ensino médio brasileiro. Sobre isso, Brasil (2022) apresenta dados de que de 2019 para 2021 houve uma redução de 32% para 30% no percentual dos estudantes brasileiros de ensino médio com aproveitamento adequado em língua portuguesa e de 6% para 4% no mesmo percentual de matemática. Ou seja, apenas uma pequena parcela dos discentes brasileiros de ensino médio tem conseguido de apropriar adequadamente dos conhecimentos considerados basilares para essa etapa de escolaridade em português e matemática.

Um outro indicador igualmente preocupante é o que faz referência às taxas de abandono e de reprovação no ensino médio. Segundo Brasil (2022), a taxa de abandono nessa etapa entre alunos da rede estadual brasileira no período de 2019 a 2021 subiu 0,8% ao passo que a taxa de reprovação aumentou 4%. Todos esses índices impactam diretamente no cálculo do IDEB.

Já no estado de Minas Gerais, especificamente, o IDEB estadual em 2019 estava em 4, de acordo com Todos pela Educação (2024), isto é, um ponto percentual acima do índice brasileiro. Em comparação a outros estados, Minas Gerais ocupou em 2019 o oitavo lugar nacional, empatado com o Distrito federal, ficando atrás dos estados de Goiás, Espírito Santo, Pernambuco, Paraná, São Paulo, Ceará e Mato Grosso do Sul, respectivamente (Todos pela Educação, 2024).

Acerca do nível de aprendizagem, 41,6% dos estudantes mineiros de ensino médio, em 2019, apresentavam nível adequado em língua portuguesa e 13,2% nível adequado em matemática (Todos pela Educação, 2024). Dessa forma, percebe-se que a média mineira estava um pouco acima da nacional, mas ainda distante do ideal de equidade de conhecimento entre

As taxas de abandono e de reprovação em Minas Gerais, por sua vez, também apresentaram aumento no período de 2019 a 2021, segundo dados de Brasil (2022), possivelmente motivadas por questões atreladas à pandemia de Covid-19.

Diante desse cenário educacional, a implantação do PJJ surgiu como uma opção para a melhoria da qualidade da educação brasileira. Em razão disso, serão analisados alguns índices educacionais de uma escola pertencente à rede pública estadual mineira, a qual adotou o PJJ no segundo semestre de 2019. Especificamente, serão contemplados os resultados de língua portuguesa e matemática de estudantes de 3º ano desse estabelecimento, por ser essa série e esses conteúdos os avaliados para compor os resultados do SAEB e, conseqüentemente, do IDEB. A próxima parte deste artigo será, portanto, a apresentação da metodologia de pesquisa, dos dados da referida instituição e da análise desses dados.

### **3 METODOLOGIA**

Esta pesquisa foi realizada sob uma abordagem de natureza qualitativa e quantitativa, a qual possibilita que o pesquisador passe por diversos caminhos, tais como a análise documental, a revisão de conteúdos, as observações, o estudo de bibliografias, fazendo uso de métodos e formas para construir as informações. É possível aprofundar no assunto pelo caráter mais flexível dos procedimentos, utilizando-se de referenciais teóricos e interpretativos para dar forma ao estudo.

Para a realização deste trabalho, também foi necessário estudar os materiais relacionados ao Programa Jovem de Futuro, em uma investigação que envolveu aspectos sociais, políticos e culturais a partir do descritor “Programa Jovem de Futuro” para o qual foram encontradas teses, dissertações e artigos por meio do SciELO-Brasil, repositório UFU Brasil, Catálogo de teses e dissertações e do portal Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), livros, capítulos de livros, produções acadêmicas publicadas nos Anais de Congressos, além de informações disponibilizadas nos sites do IU e da SEE-MG.

Os indicadores de notas, frequência, abandono, evasão, aprovação e reprovação dos estudantes de uma escola pública da rede estadual de ensino de Minas Gerais foram acompanhados por meio de documentos impressos disponíveis na escola e na análise de gráficos que estavam registrados no Sistema de Gestão para o Avanço Contínuo da Educação (SIGAE), que é uma plataforma digital onde fica inserido o Plano de ação e os seus resultados. Foram realizadas análises documentais, envolvendo diferentes instâncias para monitorar e avaliar os indicadores de execução do Plano de Ação e os indicadores estruturantes de

CARDOSO, J.P.T. et al  
frequência, de resultados obtidos pelos estudantes nas avaliações educacionais internas e externas.

Uma dificuldade encontrada ao longo da pesquisa foi a ausência de dados relacionados ao IDEB-2023, uma vez que até a data de término da escrita deste texto ainda não havia sido divulgado o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica brasileira referente a 2023, o que levou a pesquisadora a ter condições de analisar apenas os dados internos da escola, informados no SIGAE e SIMADE e os dados das avaliações externas (PROEB) disponíveis no portal SIMAVE. É necessário salientar que, para o acesso aos dados da escola pesquisada, houve parceria da Instituição Escolar ao disponibilizar o Projeto Político Pedagógico, o Regimento Escolar, os calendários de execução das atividades do Programa Jovem de Futuro, os dados dos processos e dos indicadores estruturantes, que estavam disponíveis na plataforma do Sistema de Gestão para o Avanço Contínuo da Educação (SIGAE), os resultados dos estudantes e o resultado dos projetos desenvolvidos.

### 3.1 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DE RESULTADOS RELATIVOS À TAXA DE APROVEITAMENTO, FREQUÊNCIA E ABANDONO ESCOLAR EM UMA ESCOLA ESTADUAL DO INTERIOR DE MINAS GERAIS

Os dados apresentados nesta parte foram obtidos a partir de consultas realizadas no SIGAE e nos portais SIMAVE e SIMADE. Neles serão demonstrados índices relacionados ao aproveitamento dos estudantes de 3º ano de turmas regulares de 2022 e 2023 em avaliações internas e externas, além dos percentuais de frequência e abandono escolar. Para fins de comparação, as taxas da escola analisada serão contrastadas às taxas da SRE a que o estabelecimento pertence. O primeiro índice apresentado a seguir diz respeito ao rendimento e à frequência dos estudantes conforme a 2ª SMAR/2022-2023.

Tabela 1- Resultados dos alunos de 3º ano do ensino médio da escola estadual pesquisada na 2ª SMAR no período de 2022-2023 em língua portuguesa

Ano	Total de estudantes	Notas cima da média	Notas abaixo da média	frequência
2022	200	90%	10%	71,65%
2023	194	97%	3%	82,16%

Fonte: elaborado pela pesquisadora a partir dos dados do portal Sigae

Tabela 2- Resultados dos alunos de 3º ano do ensino médio da SRE responsável pela escola pesquisada na 2ª SMAR no período de 2022-2023 em língua portuguesa

Ano	Total de estudantes	Notas cima da média	Notas abaixo da média	frequência
2022	847	87%	13%	78,03%
2023	867	93%	7%	80,95%

Fonte: elaborado pela pesquisadora a partir dos dados do portal Sigae

A observação das tabelas anteriores permite afirmar que as avaliações internas de língua portuguesa realizadas tanto no estabelecimento de ensino analisado quanto nas outras escolas que compõem a mesma SRE apresentaram uma melhora do rendimento dos estudantes de 3º ano de 2022 para 2023. A nível local, houve um aumento de 7% na taxa de aproveitamento, enquanto a regional apresentou uma média de aproveitamento 6% maior em 2023 quando comparado a 2022. Outro aspecto importante a ser mencionado é o fato de que as taxas de frequência, tanto no interior da escola avaliada quanto na regional de que a instituição faz parte, sofreram um aumento, respectivo, de 10,51% e 2,92%.

Já em relação ao aproveitamento em matemática, a 2ª SMAR de 2022 e 2023 apresenta os seguintes dados:

Tabela 3- Resultados dos alunos de 3º ano do ensino médio da escola estadual pesquisada na 2ª SMAR no período de 2022-2023 em matemática

Ano	Total de estudantes	Notas cima da média	Notas abaixo da média	frequência
2022	200	78%	22%	63,13%
2023	194	94%	6%	76,12%

Fonte: elaborado pela pesquisadora a partir dos dados do portal Sigae

Tabela 4- Resultados dos alunos de 3º ano do ensino médio da SRE responsável pela escola pesquisada na 2ª SMAR no período de 2022-2023 em matemática

Ano	Total de estudantes	Notas cima da média	Notas abaixo da média	frequência
2022	847	84%	16%	73,34%
2023	867	89%	11%	80,47%

Fonte: elaborado pela pesquisadora a partir dos dados do portal Sigae

Assim como em língua portuguesa, os resultados internos de matemática da escola analisada e das outras escolas que compõem a mesma SRE apresentaram melhora em 2023 quando comparados a 2022. Internamente, o estabelecimento avaliado aumentou em 16% o aproveitamento dos estudantes em matemática, enquanto a regional apresentou um aumento de 5%. A taxa de frequência em matemática também aumentou nos dois parâmetros avaliados, com um progresso de 12,99% na escola em verificação e de 7,13 na regional.

A partir desses dados, percebe-se que, internamente, a escola analisada conseguiu aumentar o índice de aproveitamento e de frequência dos estudantes de 3º ano no período de 2022 a 2023 em relação aos conteúdos de língua portuguesa e matemática, assim como outras instituições pertencentes à mesma SRE. Convém destacar, ainda, que todos esses percentuais são levados em consideração para elaborar o Plano de Ação da escola e realizar os ciclos durante a realização do PJJ e demonstram que a implantação e o desenvolvimento das ações desse programa no estabelecimento avaliado promoveram melhorias internas tanto de aproveitamento quanto de frequência escolar, dois aspectos contemplados pelo PJJ.

Conforme mencionado anteriormente, o resultado interno de execução do PJJ em 2023 foi superior ao resultado de 2022 na escola avaliada. Contudo, quando são analisados os resultados da avaliação do PROEB/ SIMAVE, uma prova aplicada a todos os estudantes de séries finais das escolas públicas de Minas Gerais, os resultados são diferentes, conforme apresentado nas tabelas a seguir:

Tabela 5- Resultados do PROEB/ SIMAVE da escola estadual pesquisada e da SRE responsável pela escola pesquisada em língua portuguesa no período de 2022 a 2023

Ano	Proficiência média da escola pesquisada	Proficiência média da regional	Taxa de participação da escola pesquisada	Taxa de participação da regional
2022	280	268	83%	88%
2023	263	260	88%	90%

Fonte: elaborado pela pesquisadora a partir dos dados do portal Simave

Os resultados da avaliação do PROEB/SIMAVE em língua portuguesa mostram uma queda de 17 pontos na taxa de proficiência dos estudantes de 3º ano da escola avaliada entre 2022 e 2023. Essa queda também ocorreu entre as outras escolas que compõem a mesma regional, porém com valor menos acentuado, na casa de 8 pontos. Por outro lado, a taxa de participação dos estudantes na avaliação promovida pela SEE/MG aumentou tanto no estabelecimento analisado quanto na regional, com alta de 5% e 2%, respectivamente, na quantidade de alunos participantes dessa avaliação.

Na disciplina de matemática, os resultados foram os seguintes:

Tabela 6- Resultados do PROEB/ SIMAVE da escola estadual pesquisada e da SRE responsável pela escola pesquisada em matemática no período de 2022 a 2023

Ano	Proficiência média da escola pesquisada	Proficiência média da regional	Taxa de participação da escola pesquisada	Taxa de participação da regional
2022	290	271	83%	88%
2023	269	262	88%	90%

Fonte: elaborado pela pesquisadora a partir dos dados do portal Simave

Uma observação atenta dos resultados apresentados na tabela 6 permite compreender que, também em matemática, houve uma queda no desempenho dos estudantes avaliados pelo PROEB/SIMAVE no período de 2022 a 2023 tanto na escola avaliada quanto na regional da qual o estabelecimento faz parte, com quedas respectivas de 21 e 9 pontos, ou seja, reduções de aproveitamento ainda maiores nesse componente curricular quando comparado ao componente língua portuguesa. Acerca da taxa de participação, nota-se um aumento de 5% no percentual da escola e de 2% no da regional, isto é, o índice de participação em matemática e língua portuguesa foi o mesmo.

A partir desses dados, faz-se necessário apontar uma observação: se o PJJ tem como objetivo melhorar o rendimento educacional dos estudantes e reduzir as taxas de infrequência e abandono escolar, percebe-se que o primeiro objetivo só está sendo contemplado internamente tanto na escola verificada quanto na regional da qual o estabelecimento analisado faz parte, isso porque os dados internos da escola não correspondem ao resultado do estabelecimento nas avaliações externas. Os motivos que levam a isso, infelizmente, não podem ser contemplados nesta pesquisa, pois demandam novos estudos.

No que diz respeito à taxa de frequência e participação dos estudantes, é possível verificar que houve de 2022 a 2023 um aumento, o que contempla, em parte, o cumprimento dos objetivos do PJJ.

Com relação às taxas de abandono escolar, dados disponíveis no portal SIMADE<sup>4</sup> indicam que em 2022 houve um índice 8% de abandono entre os estudantes de 3º ano da escola analisada, enquanto em 2023 esse valor aumentou para 8,6%. Isto é: mais uma vez percebe-se que um dos objetivos do PJJ não foi contemplado, o que corrobora a fala de Brito (2022),

<sup>4</sup> Os números específicos da escola avaliada foram divulgados no portal [simadeweb.educacao.mg.gov.br](http://simadeweb.educacao.mg.gov.br) e podem ser acessados pelas equipes de gestão escolar e das regionais. Dessa forma, a pesquisadora contou com a colaboração da diretora da escola analisada e da SRE para ter acesso aos dados apresentados neste trabalho.

segundo a qual a implantação do PJF não apresentou as melhorias almejadas nos índices de aproveitamento e combate ao abandono escolar.

É necessário ressaltar que quando se propõe uma reflexão sobre o baixo impacto do PJF na escola avaliada não se está negando o aumento da taxa interna de aproveitamento e de frequência dos estudantes envolvidos, mas se está colocando em questionamento a eficácia do PJF para o aumento do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica, posto que o valor do IDEB é impactado diretamente pelo resultado dos estudantes na avaliação externa do SAEB, a qual apresenta matriz de referência semelhante à do PROEB/ SIMAVE, e pela taxa de aprovação dos estudantes em cada estabelecimento de ensino, cujo valor é impactado pela quantidade de abandono escolar, visto que os dados referentes ao aluno que deixa de frequentar a escola interferem no cálculo final.

## **5 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Este trabalho pautou-se na motivação da pesquisadora em conhecer os impactos do PJF nas escolas em que foi implementado, especialmente na instituição analisada, visto que se trata de um dos estabelecimentos da rede de ensino mineira sob sua responsabilidade como Inspetora Escolar. Ademais, a justificativa desta pesquisa está presente na sua relevância para fomentar nos leitores uma interpretação crítica a respeito das políticas públicas educacionais e na contribuição que se espera que este estudo dê para a análise de resultados e o planejamento, por parte dos gestores educacionais, juntamente com a comunidade escolar, de estratégias que contribuam para o efetivo aprendizado dos estudantes e sua permanência na escola a partir do conhecimento do impacto das Políticas Públicas Educacionais dentro das Instituições de ensino.

Para isso, foram pesquisados artigos, dissertações e teses que versavam acerca do PJF e da parceria entre instituições públicas e privadas, especialmente aquelas relacionadas ao IU.

O caminho da pesquisa fez uso de uma metodologia de revisão documental e de análise qualitativa e quantitativa de dados e teceu apontamentos sobre o Instituto Unibanco (sua constituição, sua parceria com o setor público; sobre a história de criação e implantação do PJF (com foco no estado de Minas Gerais e na escola analisada); sobre o cenário educacional do Brasil e do estado de Minas Gerais, com foco nos índices do IDEB nacional e mineiro, com posterior apresentação e análise de resultados dessa implementação.

Nesse sentido, destaca-se que o resultado do IDEB brasileiro de 2023 não pôde ser apresentado nesta pesquisa em razão de sua não divulgação até o período de escrita deste trabalho. Tal situação levou a pesquisadora a lidar com os índices internos da escola analisada e com os resultados da avaliação externa do SIMAVE/PROEB promovida pela SEE/MG.

A questão norteadora desta pesquisa, acerca dos resultados obtidos pelos estudantes de 3º ano do ensino médio da escola pública estadual analisada, nas disciplinas de língua portuguesa e matemática, no ano de 2023, após a conclusão do Plano de Ação da escola, elaborado a partir das orientações do Programa Jovem de Futuro, oferecido pelo Governo do Estado de Minas Gerais em parceria com o Instituto Unibanco (IU), foi respondida à medida que os dados de aproveitamento interno e externo foram divulgados.

O objetivo geral deste trabalho foi verificar se as metas do Programa Jovem de Futuro-Circuito de Gestão foram realmente alcançadas. Os objetivos específicos abarcaram o conhecimento a respeito do PJJ e a análise dos índices de aproveitamento e frequência dos estudantes de 3º ano do ensino médio em língua portuguesa e matemática no período de 2022 a 2023. Para isso, foi realizada a verificação dos dados da escola analisada, na qual percebeu-se que houve internamente melhora no aproveitamento de língua portuguesa e matemática, bem como no índice de frequência entre os alunos de 3º ano do ensino médio no período de 2022 a 2023. Contudo, os resultados da avaliação externa do PROEB/SIMAVE nesses mesmos componentes, no mesmo período, mostraram uma queda de 17 pontos em língua portuguesa e 21 pontos em matemática. Outro índice preocupante foi a taxa de abandono escolar, a qual aumentou em 0,6% de 2022 para 2023 entre estudantes de 3º ano do estabelecimento pesquisado. Dessa forma, os objetivos da pesquisa foram cumpridos, posto que, para se chegar a esses índices houve um estudo sistemático acerca da parceria entre o IU e as secretarias de educação, com ênfase na SEE/MG, a partir do qual depreende-se que o PJJ não tem conseguido cumprir integralmente com os objetivos traçados, tal qual pontuou Brito (2022).

Em relação à hipótese desta pesquisa, foi verificado um impacto interno do PJJ nas turmas de 3º ano do ensino médio analisadas, o que comprovou a hipótese inicial, uma vez que as ações realizadas na escola estudada ocorreram a partir do Plano de Ação criado com base nas orientações recebidas nos momentos de formação e capacitação promovidos pelo IU em parceria com a SEE/MG. Esse impacto interno foi percebido na melhora dos índices de aproveitamento (a partir de avaliações realizadas internamente na escola e divulgadas na 2ª SMAR de 2022 e 2023) e frequência dos alunos avaliados nesta pesquisa.

Por fim, cumpre ressaltar a necessidade de novos estudos para compreender a divergência entre os resultados internos e externos apresentados tanto pela escola analisada quanto pela regional da qual a referida instituição faz parte. Afinal, conforme Freire (1996), é no caminho da comunhão, pautados pela interação e pelo diálogo que os homens se juntam em busca de aprender sempre mais e, assim, esta pesquisadora entende que a realização de novas

pesquisas contribui para a dinâmica da construção de novos conhecimentos, os quais são imprescindíveis a qualquer área do conhecimento, notadamente à educação.

## REFERÊNCIAS

ADRIÃO, Theresa; PERONI, Vera Maria Vidal. A educação pública e sua relação com o setor privado: implicações para a democracia educacional. **Revista Retratos da Escola**, Brasília-DF, v.3, n. 4, p. 107-116, 2009. Disponível em: <<http://www.esforce.org.br/index.php/semestral/article/view/105/294>. Acesso em 12 dez. 2023.

ARAÚJO, Keline de Socorro Rodrigues de Souza. **A articulação do Programa Ensino Médio Inovador com o Projeto Jovem de Futuro do Instituto Unibanco como expressão do projeto liberal de educação**. 2020. 124 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de O Programa de Pós-Graduação em Currículo e Gestão da Escola Básica (Ppeb), UFPA, Belém, 2020. Disponível em: <https://ppeb.proesp.ufpa.br/ARQUIVOS/Disserta%C3%A7%C3%B5es/2020/KELINE%20DO%20SOCORRO%20RODRIGUES%20DE%20SOUZA%20ARAUJO.pdf>. Acesso em: 15 jan. 2024.

BALDUINO, Maria Aparecida Canale. **Programa Jovem de Futuro: uma proposta do terceiro setor para a gestão de escolas do ensino médio na rede estadual de ensino de Mato Grosso do Sul (2012-2014)**. 2016. 187 f. Tese (Doutorado) - Curso de Pós-Graduação em Educação, Universidade Católica Dom Bosco, Campo Grande/MS, 2016. Disponível em: <https://site.ucdb.br/public/md-dissertacoes/20872-maria-aparecida-canale-balduino.pdf>. Acesso em: 02 fev. 2024.

BRASIL. INEP. **CENSO DA EDUCAÇÃO BÁSICA 2023**. 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/assuntos/noticias/censo-escolar/mec-e-inep-divulgam-resultados-do-censo-escolar-2023>. Acesso em: 02 mar. 2024.

Brasil. **Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb)**. 2022. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/pesquisas-estatisticas-e-indicadores/ideb>. Acesso em: 08 mar. 2024.

BRASIL. **Lei Nº 13.019, de 31 de Julho de 2014**. Brasília, DF, 14 dez. 2015. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/CCIVIL\\_03/////Ato2011-2014/2014/Lei/L13019.htm](https://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/////Ato2011-2014/2014/Lei/L13019.htm). Acesso em: 10 mar. 2024.

BRASIL. Dispõe sobre a implementação do Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação, pela União Federal, em regime de colaboração com Municípios, Distrito Federal e Estados, e a participação das famílias e da comunidade, mediante programas e ações de assistência técnica e financeira, visando a mobilização social pela melhoria da qualidade da educação básica. **Decreto Nº 6.094, de 24 de Abril de 2007**. Brasília, 24 abr. 2007.

BRITO, Ana Paula Gonçalves. **O Programa Jovem de Futuro no contexto da privatização da educação em Minas Gerais: incidências sobre o currículo e a gestão escolar'** 24/08/2022 203 f. Mestrado em EDUCAÇÃO Instituição de Ensino:

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA, Uberlândia Biblioteca Depositária:  
Repositório da UFU.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996. (Coleção Leitura).

GENTILI, Pablo. Neoliberalismo e educação: manual do usuário. In: GENTILI, Pablo; SILVA, Tomaz T. (Orgs.). Escola S.A. **Quem ganha e quem perde no mercado educacional do Neoliberalismo**. Brasília: Editora CNTE, 1996. p.09-48.

GERAIS, Secretaria de Estado de Educação de Minas. **Resultados do Proeb e Proalfa**. 2023. Disponível em: <https://simave.educacao.mg.gov.br/>. Acesso em: 20 jun. 2024.

HARVEY, David. **Neoliberalismo**: história e implicações. Edições Loyola Editorial, São Paulo, 2008.

HENRIQUES Ricardo; CARVALHO, Mirela de; BARROS, Ricardo Paes de. **Avaliação de Impacto na Educação**: a experiência exitosa do programa Jovem de Futuro em parceria com o poder público. São Paulo, Instituto Unibanco 2020.

JORNAL MINAS GERAIS, 07 de agosto de 2019.

MINAS GERAIS. SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DE MINAS GERAIS. **Simade**. Disponível em: <https://www.simadeweb.educacao.mg.gov.br>. Acesso em: 30 maio 2024.

PEREIRA, Elisângela Maria; COSSETIN, Márcia; GARCIA, Teise. O Programa Jovem de Futuro no Pará e as implicações para o Direito Humano à Educação – DHE. **Educação e Filosofia**, Uberlândia, v. 37, n. 79, p. 69–114, 2023. DOI: 10.14393/REVEDFIL.v37n79a2023-65579. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/EducacaoFilosofia/article/view/65579>. Acesso em: 13 jun. 2024

PERONI, Vera Maria Vidal; CAETANO, Maria Raquel. Atuação em Rede e o Projeto Jovem de Futuro: a privatização do público. **Educação e Realidade**, Porto Alegre, v. 41, n. 2, p. 407-428, 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/edreal/a/QR3JHkxfv77hKKHd4kGZwM/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 30 dez. 2023.

PERONI, Vera. Maria Vidal.; CAETANO, Maria Raquel. O público e o privado na educação - Projetos em disputa? **Retratos da Escola**, Brasília, v. 9, n. 17, p. 337-352, jul./dez. 2015.

PERONI, Vera Maria Vidal; CAETANO, Maria Raquel. R. **Relações entre o público e o privado na educação: o Projeto Jovem de Futuro do Instituto Unibanco**. In: Gestão de Sistemas e de instituições de ensino: políticas e práticas educacionais. Anais. IX ENCONTRO NACIONAL DA ANPAE Sudeste. São Paulo, UNICID, 2014.

PERONI, Vera Maria Vidal. A gestão democrática da educação em tempos de parceria entre o público e o privado. **Pro-Posições**, Campinas, v. 23, n. 2 (68), p. 19-31, maio/ago. 2012a. <https://doi.org/10.1590/S0103-73072012000200003>

PERONI, Vera Maria Vidal. et al. Relação público privado na educação básica - notas sobre o Cadernos da Fucamp, v. 34, p. 83 - 107 / 2024

histórico e o caso do PDE-PAR – Guia de Tecnologias. **Série Estudos - Periódico do Programa de Pós-Graduação em Educação da UCDB**, Campo Grande, n. 34, p. 27-44, jul./dez. 2012b.

PERONI, Vera Maria Vidal. Mudanças na configuração do Estado e sua influência na política educacional. In: PERONI, V. M. V.; BAZZO, V. L.; PEGORARO, L. (Org.). **Dilemas da educação brasileira em tempos de globalização neoliberal: entre o público e o privado**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2006.

QEDU (Brasil). **Ideb**. Disponível em: <https://qedu.org.br/brasil/ideb>. Acesso em: 25 maio 2024.

SANDRI, Simone; SILVA, Monica Ribeiro da. O PROGRAA JOVEM DE FUTURO DO INSTITUTO UNIBANCO PARA O ENSINO MÉDIO: decorrências do imbricamento entre público e privado. **Contrapontos**, Vale do Itajaí, v. 19, n. 2, p. 28-50, 05 ago. 2019. Disponível em: <https://periodicos.univali.br/index.php/rc/article/view/13844>. Acesso em: 05 jan. 2024.

TODOS PELA EDUCAÇÃO (Brasil). **Pnad Contínua: o que o IBGE revela sobre a educação brasileira?**. Disponível em: <https://todospelaeducacao.org.br/noticias/pnad-continua-o-que-o-ibge-revela-sobre-a-educacao-brasileira/>. Acesso em: 04 mar. 2024.

UNIBANCO, Instituto. **Sigae**. 2024. Disponível em: <https://sigae.institutounibanco.org.br/portal/login>. Acesso em: 15 jun. 2024.

UNIBANCO, Instituto. **Cardápio de Metodologias Jovem do Futuro: estratégias para implementação do projeto aplicadas a gestores, professores e alunos**. 2011. Disponível em: <https://www.unibanco.com.br>. Acesso em: 08 maio 2024.

UNIBANCO, Instituto. **Relatório de atividades**. 2009. Disponível em: <https://www.institutounibanco.org.br/o-instituto/relatorios/>. Acesso em: 10 maio 2024.

ROSENAU, James N. e CZEMPIEL, Ernst Otto. **Governança sem governo: ordem e transformação na política mundial**. Brasília: Ed. UnB; São Paulo: Imprensa Oficial, 2000.